CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

PLENÁRIO

Oposição e situação aumentam o tom na Alego

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje



Oposição criticou a mudança do discurso do governador

Após a 1ª votação da PEC da Educação, os deputados estaduais voltaram à Casa ontem (11) para votar em definitivo o projeto, que foi aprovado por 29 à 9, novamente. No entanto, o principal embate entre a situação e a oposição foi o projeto que autoriza o Estado a utilizar às parcelas dos depósitos judiciais para custear a Previdência Social, o pagamento dos precatórios, dos advogados dativos e da amortização das dívidas com a União.

A oposição aproveitou a sessão para criticar a posição do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas), que se posicionava, duramente, contrário a um projeto parecido, apresentado pelo ex-governador e ex-advogado do próprio Caiado, José Eliton (PSDB).

Entre os mais críticos estava o deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB), que questionou a mudança de opinião de Caiado. "Antes era imoralidade, e agora que ele não está conseguindo governar, não é mais imoral usar os depósitos judiciais?", questionou o tucano, que defendeu que "se tiver alguma coisa errada, entra na Justiça", porque o governador está se contradizendo, de acordo com o deputado, que afirmou que Caiado "foi eleito para responder pelos gastos do Estado e ele sabia da situação que encontraria".

Favorável a utilização dos depósitos judiciais, o deputado Alysson Lima (Republicanos), tirou o projeto das costas do Legislativo. "Se alguma coisa der errada, é um erro de improbidade, é um erro de Gestão", e complementou que os vereadores que votaram a favor não vão assumir esta responsabilidade. O republicano avalia que o compromisso do Governo foi de que o povo não será lesado. "Por isso vamos votar a favor do projeto", defendeu.

O republicano defendeu que o projeto deveria ser aprovado, porque o Estado tem muitas obras paradas e muitas outras questões para serem debatidas ao invés das críticas à gestão de um governador, ou outro. "Agora vai ficar esta guerrinha de Marconi e de Caiado? Até quando, sendo que o Estado está ingovernável", questionou.

Para Cláudio Meirelles (PTC), que tem sido bastante crítico ao meio que os projetos do governador estão sendo apresentados na Casa, a Base "vai afundar Caiado". Ele, inclusive, usou uma metáfora para dizer que o Estado estaria errado durante a solicitação do empréstimo, e pode responder "por apropriação indevida".

"Qualquer cidadão que vai usar um dinheiro, precisa de solicitar a autorização de quem vai emprestar. A Justiça recomenda que está errado, tanto para o José Eliton, quanto para Caiado. Então quero ver quem responder pelo crime", criticou.

"Totalmente distintos"

O governador defende que os projetos são "totalmente distintos". Em uma entrevista para a Rádio Sagres 730 no último mês, Caiado disse que a sua solicitação faz a retirada em apenas uma parcela e que o dinheiro terá uma "destinação específica".

"Aquele momento era um final de campanha eleitoral e nós vimos como o dinheiro da Celg foi utilizado e não seria diferente esta utilização também. Tanto é verdade que o "Goiás Pra Frente" [se referindo às obras do Goiás Na Frente] destruiu todo o dinheiro do Estado de Goiás", criticou.

Os dois projetos foram aprovados em 2ª discussão e serão encaminhado para a assinatura do governador.

PEC que diminui recursos da Educação ainda foi debatida na Casa

Para a PEC ser votada, foi necessária a convocação de uma sessão extraordinária ontem (11), após a solicitação do líder. Apesar do debate sobre a aprovação da utilização dos depósitos judiciais, os deputados não se esqueceram da PEC da Educação, que foi defendida pelo líder do governo, Bruno Peixoto (MDB) e pelo "vice-líder", Zé Carapô (DC), que criticaram as gestões anteriores.

O argumento usado pelo emedebista foi de que, anteriormente, as gestões tucanas incluíam três temáticas em uma só pasta, na antiga Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (Seduce). "O governo investia 20% na educação", criticou Peixoto. Outro ponto defendido foi que este projeto já foi aprovado em outros quatro estados, que já decidiram pela redução.

Este ponto também foi criticado pelo "vice-líder", que dise que a Educação de Goiás "nunca teve 25%", como era anteriormente, antes da redução aprovada ontem, em definitivo. "Contabilizado Educação, Cultura e Esporte, não chegou nem a 21%, e se for acrescentado os inativos, o valor chega à 19%", defendeu.

A oposição, encabeçada pelos tucanos, foi bastante crítica ao discurso de Ronaldo Caiado, que eles defendem que "mudou", que o governador foi eleito com uma proposta que mudou. "O governador dizia que o Estado estava falido e prometeu investimentos na Educação. Ele foi eleito com este discurso, mas não é o que está acontecendo", afirma Gustavo Sebba, que encerrou sua fala dizendo que "o candidato caiado é totalmente diferente do Governador".

O líder da oposição, Talles Barreto (PSDB), afirmou que a Base só conseguiu aprovar o projeto, porque foi apoiada pela "base negociata", que para o tucano, "só vota quando paga". "Seu governador é governador de barganha", criticou.

O tucano afirma que o governo prometeu e não cumpriu nada nas áreas de infraestrutura, saúde e educação. Em defesa das gestões passadas, o tucano disse que as gestões de Marconi Perillo e José Eliton investiram 16% no ano de 2016, mas em 2018, como a conta rejeitada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), os gastos foram acima de 25%.

Governo pede ajuda a produtores

O Estado vai negociar com produtores rurais para garantir o abastecimento de água na Capital. Racionamento de água vai acontecer se a vazão atingir o nível crítico 4

Daniell Alves

Vinícius Schmidt



Caiado afirma que o pedido feito é para que as pessoas entendam o momento crítico que o Estado passa e economizem

Uma possível solução para a crise hídrica da vazão do Rio Meia Ponte será uma negociação feita com os produtores rurais de Goiás. O Estado deve solicitar ajuda aos produtores, em breve, com objetivo de garantir o fornecimento de água à população. O abastecimento de água em Goiânia e nas Regiões Metropolitanas também só será possível com a conscientização da população neste período crítico.

De acordo com a secretária do Meio Ambiente de Goiás, Andréa Vulcanis, o Estado tem 400 reservatórios de água. Destes, 70 possuem cerca de 40 milhões de metros cúbicos de água. A intenção da Secretaria é, após negociar com os produtores que possuem esses reservatórios, começar a captar água dos locais mais próximos. Estes já foram mapeados e terão liberação progressiva. "Está sendo feito uma estruturação para negociar com cada produtor para medir e liberar somente a quantidade necessária", informou Andréa, ontem (11), em coletiva de imprensa, que contou com a presença do governador Ronaldo Caiado e presidente da Saneago, Ricardo Soavinski.

A última medição feita no Meia Ponte, ontem às 15 horas, mostrou recuperação da vazão comparado aos últimos dias – atualmente, são 2.116 litros por segundo (l/s). No último fim de semana, em decorrência do calor predominante neste mês, a medição registrou queda de 1 mil litros, chegando a 1.700 l/s. Segundo o governador, este fato aconteceu devido ao uso inadequado de água por parte da população. "Pela primeira vez foi necessário racionar duas bombas de água para abastecer a cidade", afirma ele.

Conscientização

"Nós temos como fiscalizar as pessoas que estão irrigando, mas não é possível fiscalizar o consumo dentro de casa", frisa Caiado. Ele afirma que a queda da vazão ocorrida nos últimos dias é, em grande parte, por culpa das pessoas que, segundo ele, estão usando água em excesso. "Sabemos da onda de calor e isso fez com que os habitantes aumentassem muito o consumo de água". O pedido feito é para que as pessoas entendam o momento crítico que o Estado passa e economizem o máximo possível, com cuidados básicos no cotidiano.

A Semad conclama, ainda, os municípios de Goiânia e da região metropolitana a participarem de um "esforço comum para intensificar ações de fiscalização contra o desperdício em áreas urbanas, que não são de competência do Estado, com vistas a reduzir o consumo nas cidades". De acordo com a nota publicada pelo órgão, "se todos cooperarem, num grande ato solidário, com certeza atingiremos o objetivo de superar o período crítico da crise hídrica sem necessidade de racionamento ou adoção de medidas mais duras. Pedimos o apoio e a participação de todos".

Sobre as autorizações de recursos hídricos – outorgas – o governador salienta que vão continuar, mas com limitações

Racionamento não está previsto

Só haverá racionamento de água se o Meia Ponte entrar no nível crítico 4, que ocorre se a vazão da água ficar no período de sete dias abaixo de 1.500 l/s, explica a secretaria da Semad, Andréa Vulcanis. "Se chegarmos ao nível 4, alguns bairros não poderão ser abastecidos", alertou Caiado. Com relação às autorizações de recursos hídricos – outorgas – o governador salienta que vão continuar, mas com limitações. "Estas pessoas possuem concessão do Estado e não podemos inviabilizar o uso da água para essas famílias", diz o governador.

Fiscalização

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, intensificou, na última segunda-feira (10), as ações para manter o equilíbrio na vazão do Rio Meia Ponte. A Operação Integrada do Uso Racional da Água realizou, durante todo o dia, fiscalização de propriedades ao longo da bacia com a determinação de aplicar medidas punitivas que vão desde lacres até apreensões de bombas dos infratores. As atividades continuam ao longo deste mês e a expectativa é que a chuva comece ainda neste mês para reverter esta crise hídrica em Goiás.

A Semad faz, ainda, um alerta aos produtores que utilizam irrigação para "não efetuá-la durante o dia e para que atendam, estritamente, aos limites da outorga reduzida em 50%", diz a nota. No último balanço, a Secretaria tinha aplicado 15 multas e notificado 200 propriedades ao longo da bacia do Meia Ponte, que reúne nove municípios. "Nós sabemos que o período está muito crítico, mas agora é hora de um esforço coletivo na cidade e no campo", diz a secretária Andréa. **(Daniell Alves** *é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades* **Rhudy Crysthian)**

O POPULAR (12/09)

Caroço e Sorgatto rebatem críticas

PEC DA EDUCAÇÃO Após o presidente do PSDB, Jânio Darrot, afirmar que deputados podem ter de deixar sigla por votarem a favor de emenda, parlamentares dizem que a legenda não orientou o voto

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Depois de votarem favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a Universidade Estadual de Goiás (UEG) nos 25% de vinculação constitucional para a educação, os deputados estaduais do PSDB Tião Caroço e Diego Sorgatto rebateram críticas do presidente estadual do PSDB, o prefeito de Trindade, Jânio Darrot, quanto aos seus posicionamentos no plenário da Assembleia.

> *Nunca me procuraram para fazer orientação. Então, acho que cada parlamentar vota de acordo com o seu entendimento. É o que tenho feito"*
>
> **Diego Sorgatto (PSDB), deputado estadual**

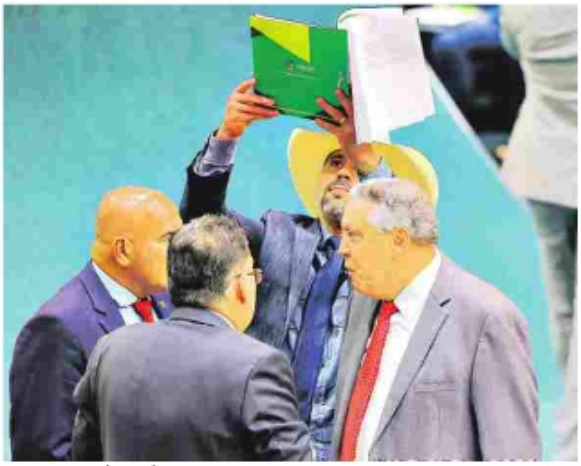
Ontem, em entrevista à coluna *Giro*, Jânio disse que a PEC "vai contra as diretrizes" do PSDB e prometeu levar o caso dos parlamentares à Executiva estadual, para que o partido decidisse se "os deputados que não estão satisfeitos têm de deixar ou não o partido".

Classificando a declaração como "infeliz", Tião criticou o que chamou de "falta de diálogo" e desafiou Jânio. "Se ele falou isso eu peço um favor: me expulsa do PSDB, já que ele está pensando desse jeito, sem diálogo, sem chamar pra conversar. Já fui presidente de vários partidos, a gente chama, conversa, vê o que está acontecendo. Não é falar em penalizar não", disparou.

Tião também provocou Jânio, que é empresário do ramo têxtil, sobre as declarações quanto às "medidas que serão tomadas": "As medidas minhas eu passo para ele na hora que ele quiser; estou precisando de um terno. E ele entende bem de medidas, de roupa".

Diego, que integra oficialmente a base desde o primeiro semestre, afirmou não se preocupar com uma possível expulsão, especialmente porque, apesar das especulações de que pudesse deixar o partido depois de ter aderido ao grupo do governador Ronaldo Caiado (DEM), ele não pensa no assunto.

Wildes Barbosa



Tião Caroço (PSDB) em conversa com colegas na Assembleia: "Me expulsa"

"É uma situação que nunca partiu de mim. Estou aqui fazendo o meu trabalho. Acho que pela postura que eu tomei desde o início, de estar ajudando Goiás, ajudando o governo aqui na Assembleia, em votações importantes, de estar na base, é o que incomodou muita gente, inclusive algumas pessoas do PSDB. Mas muito pouco me preocupa essa questão. O que eles definirem lá, vou tomar as minhas decisões depois", declarou.

Ele disse ainda estranhar a possibilidade de expulsão porque, garante, nunca foi orientado a votar de uma maneira específica. "Nunca me procuraram para fazer nenhuma recomendação, orientação de forma de atuação ou alinhamento de votação aqui na Casa. Nem o presidente (do partido), nem o líder da bancada, nem ninguém. Então, acho que a partir disso cada parlamentar aqui vota de acordo com o seu entendimento. E é o que tenho feito."

Talles Barreto (PSDB), que estava ausente do Plenário e também não votou a PEC, embora tenha se posicionado contrariamente na tribuna, minimizou a confusão e defendeu que os dois sejam ouvidos para apresentarem suas justificativas.

Nos bastidores, tucanos apostam que, apesar das declarações do presidente, ninguém deve ser expulso. Além de sanções contra Tião e Diego resultarem, na prática, na diminuição da bancada do PSDB, hoje a maior da Assembleia, com seis membros, uma medida extrema ignoraria as especificidades da atuação local e das demandas políticas dos dois.

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Coincidência

No mesmo dia em que o STF determinou a reinclusão das despesas com inativos e imposto de renda na conta dos gastos com pessoal, a mesa diretora da Assembleia Legislativa apresentou projeto de lei que concede a data-base dos servidores da Casa.

Números

O projeto da data-base da Assembleia prevê reposição de 3,43%. Se for aprovado, o impacto mensal será de R$ 492,5 mil. A coluna mostrou na semana passada que o Ministério Público enviou à Assembleia proposta que prevê o mesmo índice.

O POPULAR (12/09)

ECONOMIA

Usinas podem parar de fazer etanol anidro

INCENTIVOS Setor alega que produção não será viável no Estado se as empresas perderem o crédito outorgado de ICMS sobre o produto; Sifaeg prevê aumento no preço da gasolina

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

As usinas do setor sucroalcooleiro instaladas no Estado ameaçam parar de produzir etanol anidro, caso não possam mais contar com o crédito outorgado de ICMS incidente sobre a comercialização do produto. A mudança pode ocorrer por conta do Projeto de Lei 782, que propõe alterações no Código Tributário do Estado, fruto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa, que investiga possíveis irregularidades na concessão de incentivos fiscais.

Goiás produziu quase 1 bilhão de litros de etanol anidro na última safra. Atualmente, das 35 usinas em operação no Estado, 16 fabricam etanol anidro, além do hidratado. O presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol de Goiás (Sifaeg), André Luiz Rocha, lembra que o crédito outorgado substituiu o incentivo do Produzir. Com isso, segundo ele, o imposto de toda cadeia passou a ser recolhido pela Petrobras e o valor do benefício já caiu de 70% para 60% sobre a alíquota de 25% de ICMS a ser recolhido.

Isso facilitou e aumentou o recolhimento do imposto. "Alguns setores têm Produzir e crédito outorgado. Nós só temos um ou outro", destaca André. Agora, de acordo com ele, o projeto quer retirar o único benefício para o anidro, que é produzido com a retirada de água do combustível hidratado. Caso isso ocorra, ele prevê uma super oferta de etanol hidratado no mercado. Por outro lado, as distribuidoras teriam que comprar o anidro para misturar à gasolina em outros Estados, o que implicaria num aumento dos custos. "Isso pode elevar o preço da gasolina em até R$ 0,10 nas bombas, pois o preço em outros Estados é maior e há o custo com transporte", adverte. Hoje, o etanol anidro custa R$ 1,83 em Goiás e R$ 1,88 em São Paulo.

> *"O setor gera 60 mil empregos diretos e melhorou muito os indicadores sociais e econômicos nos 29 municípios que abrigam usinas"*
>
> **André Rocha, presidente do Sifaeg**

O presidente do Sifaeg afirma que um terço das empresas do setor já estão em recuperação judicial e que a medida retiraria totalmente a competitividade das empresas no Estado, colocando em risco investimentos e empregos. "Muitas empresas instaladas em Goiás já estão investindo em outros Estados, como Minas Gerais", diz. Segundo ele, as empresas já geram toda a contrapartida exigida no TARE (Termo de Acordo de Regime Especial) e fazem uma prestação anual de contas. "Nos últimos quatro anos, o setor gastou R$ 24 bilhões no Estado só com a compra de insumos, entre produtos e serviços. Com isso, todos os indicadores dos municípios com indústrias do setor cresceram muito", afirma.

Para o relator da CPI, deputado estadual Humberto Aidar (MDB), é natural que o setor sucroalcooleiro reclame e faça ameaças, assim como outros grupos econômicos têm feito, por conta do alto valor do crédito outorgado e do baixo valor recolhido. Segundo ele, representantes do setor chegaram a procurar deputados na tentativa de retirar assinaturas e evitar a CPI. "Há muito tempo a Secretaria da Economia tenta mexer nessa questão das usinas, que ganham muito e não contribuem com quase nada".

O deputado alega ter números que mostram que o setor recebeu R$ 3,7 bilhões em benefícios fiscais nos últimos cinco anos, sendo R$ 1,3 bilhão em crédito outorgado e R$ 2,3 bilhões em Fomentar/Produzir, tendo recolhido apenas R$ 302 milhões e faturado R$ 43 bilhões, enquanto o Estado está em dificuldade. "A carga tributária do setor é de 0,8%, menos que o Simples. Eles querem continuar com essa mamata, que é legal, mas imoral. Além disso, muitos não cumpriram a contrapartida exigida", diz Aidar.

Benedito Braga



André Luiz Rocha, presidente do Sifaeg: preço da gasolina pode subir

Produção ameaçada

Setor sucroalcooleiro goiano em números

ETANOL DE CANA EM GOIÁS

Produção de etanol hidratado:
3,903 bilhões de litros

Produção de etanol anidro:
988,4 milhões de litros

Número de usinas no Estado:
35 unidades em safra;
2 unidades "hibernadas";
1 unidade paralisada;
2 unidades fechadas.

Produção de cana:
70 milhões de toneladas

Produtores parceiros:
3.500

Empregos diretos:
60 mil

ICMS ARRECADADO (R$)

Ano	Anidro*	Hidratado + açúcar**
2014	331.959.608	106.317.320
2015	378.022.810	146.564.718
2016	592.010.638	155.387.364
2017	567.549.747	133.791.202
2018	454.850.825	253.842.840
Total	**2.324.393.629**	**795.903.445**

*Estimativa de ICMS do etanol anidro recolhido por substituição tributária pelas refinarias de petróleo. **ICMS recolhido pelos contribuintes do setor, após o desconto do crédito outorgado. Fonte: Sifaeg e Secretaria de Economia

BUROCRACIA

Vapt Vupt deflagra agendamento on line de serviços

O Vapt Vupt inicia, a partir de segunda-feira, dia 16, o agendamento online (www.vaptvupt.go.gov.br/) para emissão de Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Seguro Desemprego. Já a partir do dia 23, esses serviços passam a ser obrigatoriamente agendados para atendimento nas agências de Goiânia, Anápolis e algumas cidades da Região Metropolitana, que efetuam os serviços. A medida faz parte do processo de modernização do Vapt Vupt, já que o programa segue o mesmo protocolo de atendimento há 20 anos.

O procedimento para emissão de identidade já ocorre em cinco agências (Portal Shopping, Buena Vista, Garavelo, Aparecida Shopping e Buriti Shopping). Além de Goiânia, o serviço será disponibilizado também em Anápolis (Anashopping), Senador Canedo e Trindade. Em Aparecida, o serviço já está disponível para emissão de Identidade e o Buriti Shopping passa agendar para Carteira de Trabalho e Seguro Desemprego.

DIÁRIO DA MANHÃ (12/09)

Governador reforça pedido para uso consciente da água

"Agora é buscar o sentimento de goianidade, de compromisso", diz Caiado. Previsão é de que as chuvas cheguem a Goiás no final de setembro. Até lá, população de Goiânia e Aparecida precisa usar a água de forma responsável para evitar racionamento

"Por parte dos irrigantes têm tido uma conscientização muito grande. Tivemos problemas sérios exatamente no consumo do setor urbano", afirmou o governador Ronaldo Caiado nesta quarta-feira (11/9), em coletiva de imprensa. O governador convocou a imprensa para repassar à população o apelo para o uso consciente da água, principalmente nesta reta final do período de estiagem.

A previsão é de que as chuvas cheguem a Goiás no final de setembro. Até lá, é importante que os moradores, principalmente de Goiânia e Aparecida de Goiânia, evitem o desperdício de água. "Pela primeira vez, nós tivemos que acionar duas bombas no Meia Ponte para atender o consumo da cidade. Hoje [quarta-feira], às 7h, chegou a cair mil litros por segundo. Agora, às 15h, tivemos a segunda medição, com acréscimo de pouco mais de 400 litros por segundo", informou Caiado.

Conforme a secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Andréa Vulcanis, só será implantado o rodízio de água em Goiás caso o nível do Rio Meia Ponte fique abaixo de 1,5 mil litros durante o período de sete dias. O que não ocorreu no Estado ainda. "A última medição deu 2,1 mil litros por segundo e a ideia é que façamos a estabilização nesse nível. Então, para que estabilize, precisa ter menos consumo na cidade e tem 100 homens em campo para estabilizar o nível do Rio", explicou Vulcanis.

De acordo com o presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, o Sistema Produtor Mauro Borges também auxilia no fornecimento de água para a capital e região metropolitana. "A integração do Sistema João Leite com o Sistema Meia Ponte, que já há um mês está bombeando 800 litros por segundo, aliviou a situação do Meia Ponte. Quando tem uma necessidade maior, um consumo maior, como o governador explicou, a gente aciona outra bomba e, assim, tem a segurança do rio, a vazão necessária para acionar essa [segunda] bomba quando necessário", ressaltou Soavinski.

Questionado sobre outras ações para evitar o racionamento de água, o governador reforçou que em abril lançou o Plano de Gestão dos Recursos Hídricos para a Região Metropolitana de Goiânia e determinou uma série de ações estruturantes para evitar a crise e estimular o uso consciente, garantindo o abastecimento de água. E ressaltou que, neste momento, espera mais uma vez a união da população. "Agora é buscar o sentimento de goianidade, de compromisso. É hora de todos nós termos a consciência de nos juntarmos e resolver de uma forma conjunta o problema da escassez de água", disse Ronaldo Caiado. "Temos de exercitar, mais do que nunca, o sentimento de compartilhar os problemas. Não achar que seja apenas um problema de governo, da prefeitura. É um problema de todos nós."



Governador Ronaldo Caiado e secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Andréa Vulcanis, sobrevoam região da bacia do Meia Ponte: negociação com proprietários de reservatórios visa liberação progressiva da água para sustentar maior equilíbrio na vazão do rio

Liberação de água de reservatórios para equilibrar vazão do Meia Ponte

O Governo de Goiás negocia com produtores para que a água de reservatórios particulares seja utilizada com o propósito de equilibrar a vazão na bacia do Rio Meia Ponte. A medida, que integra um conjunto de ações emergenciais, foi anunciada nesta quarta-feira (11/09) pelo governador Ronaldo Caiado durante entrevista coletiva no Palácio Pedro Ludovico, ao lado da secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), Andréa Vulcanis, e do presidente da Saneago, Ricardo Soavinski.

"Nós temos 400 reservatórios mapeados acima do ponto de captação do Rio Meia Ponte", informa Andréa Vulcanis. "Destes, 70 têm acima de 2 hectares de espelho d'água. Somente eles representam 42 milhões de metros cúbicos de água reservada", enumera. "São neles que haverá um esforço de negociação com os seus proprietários para que haja uma liberação progressiva da água para sustentar um maior equilíbrio na vazão", complementa. Ao lado do governador Ronaldo Caiado, a secretária sobrevoou a região da bacia logo após entrevista coletiva.

> ***"A ideia é negociar com cada produtor a liberação inicial de 30% dos reservatórios para auxiliar no aumento do nível de água na bacia"***
>
> **(Secretária Andréa Vulcanis)**

De acordo com a secretária, o esforço será colocado em prática para evitar que a vazão na bacia do Meia Ponte fique abaixo de 1.500 l/s, que é o nível crítico que pode gerar ações voltadas para o racionamento de água em Goiânia e em Aparecida de Goiânia.

Segundo Andréa Vulcanis, a ideia é negociar com cada produtor a liberação inicial de 30% dos reservatórios para auxiliar no aumento do nível da água. "Já estamos conversando com os detentores destes reservatórios para que haja uma liberação progressiva", explica. Ela lembra que não adianta liberar mais água do que a necessidade porque nem há onde reservar. "Na medida em que houver uma redução da vazão, abre-se o reservatório, e vamos progredindo a partir dos mais próximos do ponto de captação até os mais distantes", pontua.

DIÁRIO DA MANHÃ (12/09)

Secretaria de Saúde de Goiânia quer dar mais transparência ao serviço de regulação de vagas

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Superintendência de Regulação e Políticas de Saúde, apresentou nesta terça-feira, 10, à Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPEGO), uma nova ferramenta de acompanhamento do sistema do Complexo Regulador de Goiânia, área responsável pelo encaminhamento de pacientes à rede pública de saúde na Capital.

Por meio da intranet, uma rede privada de computadores, os Defensores Públicos que recebem as demandas da sociedade na área da saúde poderão, a partir de agora, acompanhar diretamente como está se desenvolvendo a regulação das vagas.



Secretaria municipal de Saúde apresenta às defensoras públicas o novo sistema de acompanhamento do processo de regulação de vagas para pacientes que buscam assistência na rede pública de saúde da Capital

O acesso é feito com senha específica a três telas: Lista de espera de consulta especializada, Lista de espera de cirurgia eletiva e Leitos de UTI, sendo que a última será pública.

A apresentação do sistema foi realizada na sede da DPEGO às defensoras Michelle Bitta Alencar de Sousa e Lucianna Fernanda de Castro Barbosa.

"Conhecer e poder acompanhar de perto o desenrolar dos casos que chegam até nós é de fundamental importância, pois o defensor terá mais condições de tomar uma decisão de forma cada vez mais justa" - explicou a defensora Lucianna Fernanda de Castro Barbosa.

A Defensora Pública, Michelle Bitta Alencar de Sousa, afirmou que o acesso às informações vai agilizar o trabalho do órgão. "Como o Complexo Regulador envolve, em muitos casos, a pactuação entre o município de Goiânia, municípios do interior e até o Estado, será possível cobrar uma solução dos entes envolvidos de forma mais efetiva e direcionada".

A proposta da Superintendência de Regulação e Políticas de Saúde da SMS é dar mais transparência ao trabalho que é desenvolvido pelo Complexo Regulador de Goiânia. "Temos uma gestão que se preocupa em ser mais justa, rápida e transparente possível. Reforçamos cada vez mais a segurança e o controle de distribuição das vagas, realização de exames, consultas e cirurgias, portanto, fazemos questão que órgãos como a Defensoria Pública acompanhe de perto este rigoroso trabalho que temos feito para prestar o melhor serviço ao usuário do SUS".

DIÁRIO DA MANHÃ (12/09)



Walter Menezes
Especial para
OPINIÃO PÚBLICA

Uma lista de nomes honrados

O grande legado da Constituinte de 1988

O 27 de agosto de 2004 entrou para a história como o dia em que Chapecó, Santa Catarina, deu início a uma campanha destinada à juventude, mostrando os malefícios da corrupção no relacionamento humano, com ênfase para a administração pública e política.

O movimento germinado na terra de Anita Garibaldi teve o apoio do Tribunal de Contas do Estado, das associações de classe, do Ministério Público e da imprensa.

Registre-se que a Confederação Nacional do Ministério Público e a Rede Globo fazem na campanha de valorização da ética em todos os campos das atividades humanas, notadamente na área pública.

Afortunadamente para nós o movimento chegou a Goiás com o respaldo do Ministério Público, o grande legado da Constituinte de 1988.

Essa batalha de valorização do que é ético e repulsa à corrupção chegou para ficar.

Assim é que, sob a égide do Jornal da Cultura Goiana, publicamos aqui os nomes de 100 pessoas que, em Goiás, têm feito de sua existência exemplo de honradez. Com a divulgação dos nomes que se seguem, estamos saudando o auspicioso movimento que chega às plagas anhanguerinas via do promotor de Justiça, Umberto Machado de Oliveira, diretor da Escola Superior do Ministério Público.'

Eis a relação:

Jovenal Gomes Carvalho (ex-secretário de Segurança Pública)
Salvador de Almeida e Silva (taxista)
Paulo Gomide Leite (funcionário público e expedicionário)
Ilmo Bernardes Godinho (farmacêutico)
Zenon Leão Pereira de Souza (fiscal de renda aposentado)
Jorge Rodrigues de Senna (fiscal de renda aposentado)
João Asmar (escritor e advogado)
João Ferreira Dias (funcionário do Ministério da Fazenda aposentado)
Mário Roriz Soares de Carvalho (advogado e ex-prefeito de Goiânia)
Pedro Wilson Guimarães (ex-prefeito e deputado federal)
Carlos Leopoldo Dayrell (conselheiro do TCE)
Eurico Barbosa dos Santos (ex-deputado e conselheiro do TCE aposentado)
Hélio de Brito Júnior (vereador)
Amir Salomão David (livreiro)
Mauro Borges Teixeira (militar na reserva e ex-governador)
Berenice Teixeira Artiaga (ex-deputada)
Antônio Baptista (militar na reserva e escritor)
Ana Braga (professora e ex-deputada)
D'Jalma Tavares Gouveia (desembargador aposentado)
Nelson Siqueira (ex-deputado)
Johosuá Avelino Cunha (funcionário público aposentado)
Joaquim Henrique de Sá (ouvidor-geral do Estado)
Adalgésio Expedito S. Neves (advogado e ex- delegado de polícia)
Mauro de Freitas Correa (militar aposentado)
Lourenço Pinto de Castro (advogado)
Sílvio Paschoal (ex-prefeito de Catalão e desembargador aposentado)
Roberto Kafuri (ex-diretor da Merenda Escolar, GO-DF-MT)
Samuel Rochael (contabilista)
Samuel Belchior (deputado estadual)
Getúlio Targino de Lima (professor advogado)
Wagner Guimarães (deputado estadual)
Rômulo Rocha (funcionário público aposentado)
José Lenar deMelo Bandeira (desembargador e presidente do TJ/GO)
Helion Barros de Oliveira (ruralista)
Aníbal Crosara (empresário)
João Bosco de Andrade (ruralista)
Alaôr do Anjos (advogado)
Vicente Benjamim Albuquerque (ex-diretor da Acar, Ematec)
Domingos Venâncio de Almeida (homem público)
Jair Assis Ribeiro (comerciante)
Eurípedes Barsanulfo Junqueira (ex-prefeito de Anápolis)
Pedro Muniz Coelho (odontólogo)
Lena Castelo Branco Ferreira da Costa (professora e historiadora)
Thaliozia dos Reis (evangelizadora)
Licínio Leal Barbosa (professor e advogado)
Olímpio Ferreira Sobrinho (advogado)
Alfredo Abinagem (desembargador)
Egídio Turchi (professor aposentado)
João Ubaldo Teles (engenheiro)
Milca Severino Pereira (professora e secretária da Educação)
Roberto Cury (advogado e homem público)
José Morato (advogado e ex-deputado)
Joãomar de Carvalho Brito Neto (jornalista)
Walter Alves de Araújo (porteiro o edf. Villa Boa)
Modesto Gomes da Silva (advogado e escritor)
Marcus Fleury (militar na reserva)
Rômulo Gonçalves (advogado)
Manoel Messias Tavares (advogado e escritor)
Ronaldo Caiado (deputado federal)
Ary Ferreira Queiroz (gestor público)
Higino Ormand de Almeida (comerciante aposentado)
José Hermano Sobrinho (advogado)
Vitor Hugo Cunha (publicitário e artista plástico)
Alaor Bernardes Fleury (comerciante)
José Augusto Pereira Zeha (advogado e escritor)
José Luiz Bittencourt (jornalista e ex-vice-governador de Goiás)
Pedro Nolasco de Araújo (escritor)
Homero Sabino de Freitas (ex-desembargador)
Fenelon Teodoro dos Reis (ex-desembargador)
Mauro Campos (desembargador aposentado)
Raul Balduino de Sousa (ex-prefeito de Anápolis)
Lindolfo Magalhães Dias (evangelizador)
Leane Leal (funcionária aposentada)
Maria Tereza Garrido (conselheira do TCM)
Horiete Gomes (professor)
Gilberto Ferro (delegado de polícia)
Issy Quinan (funcionário público aposentado)
Ney Teles de Paula (desembargador)
Ruy Rodrigues da Silva (ex-secretário da Educação MB)
Tasso José Câmara (empresário)
Salma Saddi Wares de Paula (diretora do Iphan)
José Mendonça Teles (escritor)
Luiz Alberto Di Lorenzzo do Couto (advogado)
Euclides Leão Cunha (advogado)
Irineu Borges do Nascimento (ex-secretário de Governo MB)
Paulo Araújo (livreiro)
Jávier Godinho (jornalista)
Nerivaldo Costa (diretor financeiro da Celg)
Carlos Antônio Silva (conselheiro Saneago)
Hélio Naves (professor)
Luiz Rassi (médico)
Norival de Castro Santomé (procurador-geral do Estado)
Ney Nogueira (assessor do governador)
Sérgio Borges Lucas (conselheiro da Saneago)
Carlos Eduardo Itacaramby (secretário da Saúde municipal)
Álvaro de Castro Rezende (comerciante)
Ayr Nasser (diretor de Iquego)
Leandro Senna (ex-deputado estadual)
José Ângelo Rizzo (professor)

(Walter Menezes, jornalista, ex-presidente e conselheiro permanente da AGI e diretor do Jornal da Cultura Goiana)